


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006011-91.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Eugênio Cortez**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**
Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização ajuizada por **EUGÊNIO CORTEZ** contra **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** pedindo a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, alegando, em síntese, que vendeu o veículo Volkswagen, modelo Gol 1000, ano de fabricação 1995, placa BYG 5282, para Andréa Pessini-ME, que não promoveu a regularização da transferência de propriedade junto ao DETRAN, razão pela qual se viu obrigado a ajuizar ação de obrigação de fazer para que ela procedesse à transferência do bem para o seu nome, tendo sido, naqueles autos, determinada a expedição de ofício ao Cadin Estadual, para cancelar a negativação do seu nome pelos débitos referentes ao veículo descrito na inicial. Contudo, em afronta à ordem judicial, seus dados foram novamente inseridos no Cadin, por débito referente ao citado veículo.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/20.

A ré, citada, contestou (fls. 24/41) afirmando ter cumprido a determinação judicial em 29/10/2010, excluindo as negativações então existentes em nome do autor. Aduz que ele não observou o quanto disposto no artigo 134 e deixou de proceder à necessária comunicação da venda do mencionado veículo, permanecendo, referido bem, até a presente data, em seu nome, perante os seus cadastros, Aduz, ainda, que não poderia, de ofício, proceder à exclusão do nome do autor da qualidade de proprietário do veículo, pois ante a ausência de indicação do novo proprietário, não haveria condições de identificar o contribuinte do IPVA. Argumenta que, ao notificar o autor da inserção do débito no Cadin,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

agiu dentro da mais estrita legalidade. Requereu a improcedência do pedido.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não merece acolhimento.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro ou a expedição de novo certificado de registro, a titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o Detran tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente.

No caso dos autos, pelo que se extrai da inicial, não há dúvida de que o autor deixou de comunicar a venda ao órgão executivo estadual de trânsito no prazo de 30 dias, nos termos do artigo referido acima.

Por outro lado, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo não integrou o polo passivo da ação de obrigação de fazer mencionada na inicial, não tendo havido ordem judicial para exclusão do nome do autor de seus cadastros. Nota-se que não se sabe, ao certo, quem é o atual proprietário do bem móvel descrito na exordial, pois, conforme consta do termo da r. Sentença de fls. 17, as partes afirmaram desconhecer-lo. Nessa situação, não se pode transferir o ônus à FESP, de ficar investigando quem está na posse do veículo atualmente, cabendo a ela cobrar o IPVA do proprietário constante de seu Cadastro.

Nota-se, portanto, que a nova negativação se deu unicamente pelo fato de ainda permanecer o autor no Cadastro da ré como proprietário do mencionado veículo.

Diante desse quadro não há como se reconhecer a ocorrência de dano moral,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

passível de indenização.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO** e determino a extinção do processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil.

Diante da sucumbência, o autor arcará com as custas e as despesas processuais e com o pagamento dos honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), observando-se, contudo, o disposto na Lei 1.060/50, por ser beneficiário da gratuidade da justiça.

P.R.I.

São Carlos, 13 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**